

JORNAL DO Sintufjr

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



Conselho Universitário decidiu sobre distribuição de vagas de professores pelas unidades. *Página 7*

Mudanças no governo



Reforma ministerial do governo Lula transferiu para a Casa Civil a responsabilidade sobre o orçamento e a gestão do governo. O ministro José Dirceu passa a ser o principal responsável pelas decisões no âmbito do funcionalismo. A substituição de Cristovam Buarque por Tarso Genro no Ministério da Educação também é analisada por dirigentes sindicais. *Página 5*

E mais....

FGTS

Novas informações sobre a reativação de contas do Fundo. *Página 2*

Pré-Vestibular

A partir desta segunda-feira, dia 2, até o dia 4 estarão abertas as inscrições para o Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ. As inscrições podem ser feitas na sede do Sindicato; na subsede do Centro, no IFCS, no Largo de São Francisco; e na subsede da Praia Vermelha. *Página 2*

Crédito no BB

Desde segunda-feira, dia 26, os servidores que recebem pelo Banco do Brasil podem contratar empréstimos com juros mais baixos do que os cobrados pelo mercado. *Página 2*

Gratificação provisória

Os contracheques com os salários de janeiro visualizados na Internet trazem a rubrica com a gratificação provisória. Problema: a gratificação não está sendo concedida retroativamente a dezembro, como manda a medida provisória do governo.

Será às 10h, nesta quinta, no CT

Assembléia instala debate sobre política salarial na UFRJ

Na primeira assembléia do ano, os trabalhadores da universidade vão discutir proposta para ser levada à plenária da Fasubra nos dias 13 e 14. *Páginas 3 e 4*



FGTS: novas informações

O prazo solicitado pela Caixa Econômica Federal para reativação de todas as contas do FGTS expirou no dia 24. Como caiu no sábado, foi estendido até segunda-feira. O advogado da ação, Júlio Romero, informou que já impetrou uma petição oficiando à juíza o tér-

mino do prazo e que aguarda para esta semana o pronunciamento da Justiça. Toda vez que o prazo de reativação expira, o Sindicato informa a juíza através do advogado. A juíza de posse dessa informação cita a Caixa Econômica Federal, que, a partir deste momento, se

pronuncia a respeito da prorrogação, uma vez que ainda não finalizou as liberações. O advogado está atento a qualquer ação da CEF e estará transmitindo imediatamente a nova decisão judicial. As contas continuam sendo reativadas normalmente.

DOIS AVISOS IMPORTANTES:

1 – Os recibos referentes aos depósitos dos honorários do advogado já estão disponíveis na sede do Sindicato.

2 – A conta para depósito dos honorários do advogado da ação do FGTS é: 15580-2, agência 3652-8, Banco do Brasil.

Crédito do BB no Fundão

Desde segunda-feira os servidores que recebem pelo Banco do Brasil podem contratar empréstimos com juros mais baixos que os do mercado. O convênio assinado entre o BB e o MPOG no fim de 2003 atende a todos os órgãos públicos com folha de pagamento gerada pelo Siape.

O banco oficializou na segunda-feira passada, dia 26, a linha de crédito para mais de 1,3 milhão de servidores públicos do Executivo, incluindo aposentados e pensionistas. Aqui no Fundão a agência do BB também está fazendo esse serviço. As prestações serão descontadas diretamente no contracheque.

Restrições cadastrais, como nome no Serasa, não impedem o negócio. O banco informou, no entanto, que o nome no Cadastro de Cheque sem Fundos (CCF) impede a transação.

As taxas de juros – entre 1,75% e 3,10% ao mês – são

calculadas de acordo com o prazo de quitação do empréstimo, que pode ir até 36 meses. Serão menores para os servidores filiados aos sindicatos de suas categorias.

Quando o servidor acessar o *site* ou o terminal de auto-atendimento e prestar suas informações funcionais, o banco verificará os dados com os sistemas disponibilizados pela Secretaria de Recursos Humanos e calculará a margem consignável, que é o valor máximo da prestação mensal com que o servidor poderá arcar no seu contracheque.

Para se habilitar ao crédito

- O servidor precisa ser correntista e receber o salário pelo BB (mais de 90% da categoria já atende a essa condição).

- Não é necessário assinar contrato ou pedir autorização da agência – a única condição é que o servidor não pode

comprometer mais de 30% da renda com as parcelas.

- O correntista pagará uma taxa de abertura de crédito.

- Como o desconto é feito diretamente no contracheque os juros são reduzidos: variam de 1,75% a 3,10% ao mês, conforme o prazo de financiamento.

- Os funcionários públicos que são sindicalizados contam com juros mais baixos. Há um código em cada contracheque que indica automaticamente a situação em relação aos sindicatos.

- O servidor pode pedir empréstimo pela Internet ou através dos mais de 35 mil terminais de auto-atendimento.

- O empréstimo é disponibilizado em conta corrente, sem exigência de garantias e com desconto das prestações diretamente na folha de pagamento.

- Os limites variam de R\$ 100 (mínimo) a R\$ 40 mil (máximo).

- Prazos de 2 a 36 meses.

O passo-a-passo

Terminais de auto-atendimento

- 1 – Passar o cartão no terminal
- 2 – Selecionar a opção Empréstimo
- 3 – Escolher a opção BB Crédito Consignação em Folha
- 4 – Tecle a opção Registro
- 5 – Informar o valor do empréstimo e número de prestações
- 6 – Digitar a senha
- 7 – O crédito será liberado *on line*

Pela Internet

- 1 – Acessar a página do BB na Internet (www.bb.com.br)
- 2 – Selecionar a opção Acesse sua Conta
- 3 – Escolher a opção Empréstimo
- 4 – Selecionar a opção BB Crédito Consignação em Folha
- 5 – Informar o número de parcelas e valor do empréstimo
- 6 – Digitar a senha
- 7 – O crédito será liberado *on line*

Prazos e Juros

	Sindicalizados	Não Sindicalizados
2 a 6 meses	1,75%	1,95%
7 a 12 meses	2,00%	2,50%
13 a 24 meses	2,30%	2,80%
25 a 36 meses	2,60%	3,10%

APOSENTADOS

Reunião no próximo dia 11, às 10h, no Espaço Cultural.

Pauta: Reflexos da reforma da Previdência nos salários e Estatuto do Idoso.

Pré-vestibular: inscrição esta semana

A partir desta segunda-feira, dia 2, até o dia 4 estarão abertas as inscrições para o Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ. Podem se candidatar os servidores técnico-administrativos da UFRJ filiados ao SINTUFRJ que estejam em

dia com a entidade, seus dependentes (desde que cadastrados no banco de dados do Sindicato há no mínimo seis meses), prestadores de serviço na UFRJ há mais de um ano, trabalhadores sindicalizados a entidades filiadas à

CUT e integrantes do MST.

As inscrições podem ser feitas na sede do Sindicato, das 9h às 17h, na subsele do Centro, das 16h às 20h, e na subsele no campus da Praia Vermelha, das 9h às 17h. Inscrições até quinta-feira.

ESCLARECIMENTO

Nos contracheques de dezembro aparece duas vezes a rubrica "mensalidade do SINTUFRJ". O duplo desconto é porque a contribuição incide também sobre o décimo-terceiro. O mesmo acontece ao longo do ano nas ocasiões em que os servidores entram de férias.

ASSEMBLÉIA: Nesta quinta-feira, dia 5, às 10h, no auditório do CT. Você não pode faltar!

Qual a política salarial que nós queremos?

Nesta quinta-feira, dia 5 de fevereiro, os trabalhadores da UFRJ se reúnem em assembleia no auditório do CT para discutir os caminhos da campanha salarial deste ano. Existem três alternativas em discussão: uma que aponta para a recuperação de nossas perdas históricas desde 1995, que somaria, de acordo com o Dieese, 127%; outra que indica a recuperação das perdas a partir de 1998 - segundo o Dieese,

50%; e outra mais que quer a recuperação dos salários recompondo a inflação de 2003, que indicaria um índice de 9% com recuperação das perdas dos governos anteriores.

Esta alternativa se traduz numa cobrança concreta ao governo Lula que se comprometeu na instalação da Mesa Nacional de Negociação com a anulação de perdas futuras nos salários dos servidores e negociação das perdas ante-

riores. Trata-se de um caminho mais realista, que permite um maior diálogo com do movimento com a sociedade, uma vez que a reivindicação está respaldada numa promessa pública do atual governo.

Estas alternativas serão discutidas na nossa assembleia. A posição definida pelos trabalhadores da UFRJ será encaminhada à plenária da Fasubra, em Brasília. Nesta reunião nos próximos dias

13 e 14 em Brasília a Federação irá consolidar uma posição que será apresentada ao conjunto do funcionalismo na plenária dos Servidores Públicos Federais no dia 15 de fevereiro.

A assembleia de quinta-feira vai eleger os delegados que vão apresentar a posição da UFRJ na plenária nacional da Fasubra. Que será realizada nos 13 e 14 para a discussão da campanha salarial.

Conjuntura preocupante

Os últimos movimentos no interior do governo só fazem aumentar a preocupação do funcionalismo e, em especial, dos trabalhadores das instituições federais de ensino superior. O Orçamento e Gestão do governo sai da responsabilidade do Ministério do Planejamento e fica no âmbito da Casa Civil, que tem como chefe maior o ministro José Dirceu. O ministro da Educação agora tem como comandante o ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro - que estava à frente do Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico. O principal objetivo de Tarso Genro é realizar este ano o projeto de reforma universitária do governo, que traz embutido a expectativa de cobrança de mensalidades nas universidades federais e não apresenta absolutamente nada em relação a investimentos em pessoal.

Ricardo Berzoini, que como ministro da Previdência conduziu o projeto que violou direitos dos trabalhadores e abriu caminho para previdência privada, foi encarregado agora de outra tarefa também menos nobre: implantar a reforma sindical que vai atingir a estrutura das representações dos trabalhadores, numa tentativa de fragilizar ainda mais a luta sindical no país. Este quadro, aliado à continuação da atual política econômica que segue o mesmo modelo adotado durante oito anos por Fernando Henrique Cardoso, indica uma situação adversa para o país.

Calendário de lutas/fevereiro

Reunião do GT- Educação - Brasília/DF - dias 6, 7 e 8

Reunião da direção da Fasubra - dias 7 e 8

IV Encontro Unificado das Entidades do Setor de Educação - dias 9 e 10

Seminário sobre Reformas Sindicais e Trabalhistas da Cnesf - dias 11 e 12

Plenária Estatutária da Fasubra - dias 13 e 14

Plenária dos SPF - dia 15

Indicativo de Greve para a 1ª quinzena de abril

MOBILIZAÇÃO. Os trabalhadores da UFRJ construíram uma tradição na luta por salários e dignidade profissional. Essa disposição será, mais do que nunca, necessária na atual campanha salarial



INTRANSIGÊNCIA: Governo diz que não tem dinheiro e propõe reajuste muito abaixo da inflação

Se depender do governo, a recuperação das perdas salariais do funcionalismo público, submetido a um arrocho sem precedentes desde 1995 (início do governo Fernando Henrique Cardoso), está descartada. Esta situação adversa causa maior angústia entre os trabalhadores do setor público pelo papel que os servidores tiveram na construção de uma alternativa de mudança para o país, que se traduziu na vitória de Lula em 2002. Agora, este governo propõe um reajuste linear de 1,79% (fixado no Orçamento da União proposto pelo Planalto e aprovado pelos seus aliados no Congresso) a partir de janeiro. Ou seja, um índice que sequer recupera a inflação de 10% acumulada em 2003.

No ano passado (primeiro ano de governo), a equipe de Lula concedeu o humilhante reajuste de 1% mais um abono de R\$ 59,00. Alegou-se que a “herança maldita” deixada por FHC não permitia folga nos recursos. O Palácio do Planalto também disse que não tinha influenciado na elaboração do orçamento da União daquele ano. Mas ficou a promessa de que – sintonizado com o discurso de campanha do candidato Lula – o governo apresentaria um plano de recuperação salarial das perdas passadas e não permitiria perdas futuras.

A promessa foi feita em tom solene, com instalação de uma mesa de negociação interministerial com o funcionalismo, com a participação de treze entidades nacionais de servidores e seis ministros de Estado. O governo – pelo andar da carruagem – não quer cumprir a promessa. Tem assumido uma postura de intransigência. A posição inflexível do governo Lula tem sido traduzida pelo recém-empossado secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, que na reunião com os re-

Planalto não cumpre promessa



RETRATO. Garra e unidade podem produzir imagens de luta na defesa dos trabalhadores

presentantes dos servidores apresentou números inflexíveis e disse que o governo não pode dar mais nada. A coordenadora do SINTUFRJ e dirigente da Fasubra, Neuz Luzia, que participou de uma dessas reuniões, disse que ficou impressionada com a atitude do governo, “não só pelo conteúdo, como pela forma intransigente”. Mas os servidores não vão

abrir mão de negociar suas perdas e garantir a reposição de 2003. Esta é a disposição do movimento, que se prepara para organizar e construir uma luta unificada com a participação de todos os setores do funcionalismo, que pode resultar numa greve. Os números do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e estudos Socioeconômico). O arrocho salarial tem a

marca do governo FHC. De janeiro de 1995, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu, até dezembro de 2003, as perdas salariais do funcionalismo alcançaram a impressionante cifra de 127%. O Dieese também calculou as perdas a partir de 1998: 50%. Se considerarmos a inflação de 2003, o reajuste necessário no período seria de 9% (próximo ao índice oficial de inflação).

Compromissos com o FMI

Enquanto o governo diz não ter dinheiro para garantir salários dignos para os funcionários públicos, assegura o pagamento de juros que arrebentam a capacidade de poupança do país e permite lucros astronômicos aos banqueiros nacionais e internacionais através de um mecanismo chamado superávit primário (tudo o que o governo arrecada, menos os juros) de 4,25%. Assim, atende às orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), uma espécie de gerente desses parasitas do trabalho do povo brasileiro. Enquanto isso, o Banco Central, afinado com o FMI, mantém uma das maiores taxas de juros do mundo, que remunera os banqueiros. Para se ter uma idéia, o Banco Central manteve a taxa de juros básica chamada Selic em 16,5%. Cada aumento de 0,5% na Selic custa ao governo mais 150 milhões de reais. Dessa maneira, os investidores preferem especular com o dinheiro do que aplicar em negócios produtivos, como a abertura de indústrias que gerem empregos. Fica mais fácil ganhar comprando títulos do governo. Por outro lado, ao pagar juros exorbitantes, o governo fica sem dinheiro para investir e pagar o funcionalismo. Para a economia, mantém o arrocho dos salários dos trabalhadores do setor público. O governo diz uma coisa e faz outra. Fala em crescimento, mas arrocha salários e direciona o seu dinheiro para pagar juros, em vez de realizar obras que gerem empregos.

PODERES. Negociações salariais, avaliações e reestruturação de carreiras envolverão a Casa Civil.

Agora é com o Dirceu

A reforma ministerial do governo Lula atingiu os servidores, em especial os das universidades, com a troca do ministro da Educação e a mudança do gerenciamento dos recursos humanos da União do MPOG para a Casa Civil, de acordo com a MP 163. Em função dessas mudanças, até sexta-feira a Federação não tinha confirmação da reunião da comissão interministerial (MPOG, MEC, Ministério da Fazenda, Casa Civil) anteriormente prevista para esta segunda-feira para discutir carreira dos trabalhadores das universidades.

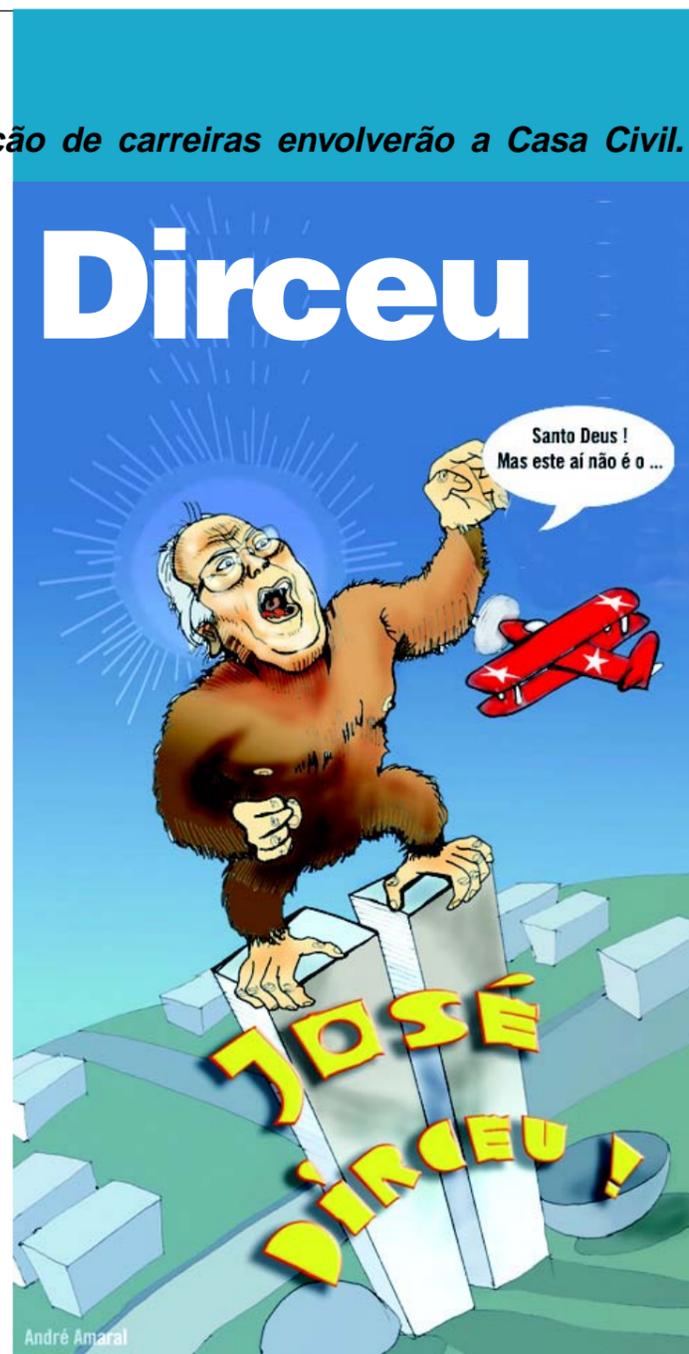
O novo ministro da Educação, Tarso Genro, ainda não informou o nome do novo secretário de Ensino Superior. Por outro lado, a partir de agora as negociações salariais, avaliações e reestruturações de carreiras, pelo que indica a MP, envolverão a Casa Civil. Na avaliação de

alguns dirigentes da Fasubra, a conjuntura agravou-se com as mudanças nos ministérios. O objetivo, de acordo com Jupiara Castro, uma das dirigentes da Federação, é intensificar o debate para construir uma greve forte, se o governo não deixar saída ao movimento.

De acordo com o coordenador da Fasubra, Paulo Henrique, as negociações agora terão como principal representante do governo Luiz Alberto Santos, assessor direto do ministro da Casa Civil, José Dirceu. Segundo o dirigente da Fasubra, Luiz Alberto é um grande opositor do projeto de carreira elaborado pela Fasubra (o PCU), e foi um dos que brecharam toda a discussão da comissão sobre o assunto no ano passado. “Ele diz que carreira é entrar com um salário e sair com outro”, disse o coordenador.

Paulo Henrique avalia que a nomeação de Tarso Genro para a Educação dá à condução do ministério um perfil executivo, de tentar implementar de imediato as propostas do governo. “Pode vir a acelerar todo projeto que o governo tem de reforma universitária, que vai implicar na mudança da nossa vida funcional”.

Na reunião semanal “MEC em debate”, quarta-feira, 28, Tarso disse que tinha uma equipe para tratar das reformas e ações do ministério. Na conversa com os reitores das Ifes anunciou que vai fazer o debate



sobre autonomia e reforma mas, que a coordenação do processo vai ficar com esse núcleo executivo.

A direção nacional da Fasubra se reúne dias 7, 8, 9 e 10 para uma avaliação mais aprofundada da conjuntura. “Temos que ficar

atentos e redobrar esforços com as entidades de base para que façam pressão junto às reitorias e o ministério”, diz Paulo, que avalia também pouca possibilidade de ampla participação no processo conduzido pelo ministério.

O novo cenário

Na opinião da coordenadora do SINTUFRJ e dirigente da Fasubra, Neuza Luzia, as mudanças na equipe do governo Lula devem ser examinadas de forma objetiva. “Não dá para dizer se Tarso Genro é melhor ou pior do que Cristovam Buarque.” Neuza afirma que o fato que deve ser observado é que a nomeação de um novo ministro abre um cenário a ser analisado. “Ele chega com uma agenda constituída pelo governo, que tem como

base um documento apresentado no estudo de um grupo interministerial sobre a reforma universitária. O que temos que fazer é nos organizar para enfrentar este projeto.” A coordenadora do SINTUFRJ diz que neste ponto é que reside a importância do Encontro Unificado das Entidades do Setor de Educação previsto para os dias 9 e 10 em Brasília. “Temos que sair deste encontro com um instrumento concreto e unificado de luta em torno de um

projeto”, afirma Neuza Luzia. A dirigente da Fasubra destaca o papel estratégico que deve ser desempenhado pelos programados Encontros Regionais da categoria dos técnicos-administrativos. “Serão fundamentais para entendermos, inclusive, que os pontos de luta são estancos: carreira, reforma universitária, aumento linear tudo isso está interligado”, disse.

A coordenadora da FASUBRA, Jupiara Castro, disse

que ficou claro, com as mudanças, é que José Dirceu chamou para a Casa Civil toda responsabilidade de administrar o serviço público. “Tanto no que tange a pessoal quanto à capacitação e carreira, esta mudança esvaziou o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.”

Jupiara afirma que os dirigentes da Fasubra estão solicitando à base que “intensifique o debate na base para construirmos uma greve forte. Nós estamos propondo

que seja na primeira quinzena de abril. O período de fevereiro e março é de organização da categoria, construção de unidade com outros setores do serviço público e interlocução com a sociedade para que a gente possa entrar no debate com a força que temos – que é a da mobilização das categorias – para não deixarmos que as reformas neoliberais que estão tendo continuidade neste governo avancem”, pondera Jupiara.

Reforma sindical: Governo vai enviar projeto ainda no primeiro semestre

Trabalhadores querem debate mais amplo

Desde o ano passado, o Fórum Nacional do Trabalho formado pelas centrais sindicais, governo e empresários discute e fecha acordos sobre uma nova estrutura sindical para o país. A previsão é que já em abril chegue ao Congresso Nacional o projeto de lei da reforma sindical. Já a reforma trabalhista, que irá alterar a CLT, segundo fontes do Planalto, só ocorrerá em 2005. Esta seria a orientação do próprio presidente Lula, numa estratégia eleitoral para evitar correr riscos nas eleições municipais deste ano. Afinal, como justificar para os eleitores a flexibilização das leis trabalhistas que ataca direitos e fragiliza ainda mais as condições de trabalho?

Como só as centrais sindicais participam do Fórum Nacional do Trabalho – o FNT foi criado pelo governo –, sindicatos e federações de trabalhadores não estão participando diretamente das discussões sobre a reforma sindical. E como já noticia a grande imprensa, acordos estão sendo fechados na Comissão de Sistematização do fórum entre as centrais, governo e empregadores. Um dos acordos sacramentados é o que permite a cada categoria ter mais de uma data-base por ano, incluindo a redução do poder normativo da Justiça do Trabalho. Esse ponto significa que, em caso de conflito, os sindicatos de trabalhadores e patronal escolherão um árbitro para decidir pelas entidades.

Fasubra quer participar do debate

A Fasubra não está satis-

Temas polêmicos

- A proposta de reforma da estrutura sindical no país envolve vários temas polêmicos. Dois deles (a unicidade sindical e o imposto sindical compulsório) pelo menos já são alvos de discussão no curso dos anos. Como se sabe, a estrutura sindical brasileira tem origem no governo Getúlio Vargas, que se orientou pela legislação fascista do governo Mussolini. Durante décadas a estrutura sindical manteve-se atrelada ao Estado, numa mistura de tutela estatal e paternalismo. Esta situação respondia à necessidade dos governos de manter os trabalhadores domesticados nas suas entidades ou numa postura colaboracionista com os governos e as elites. Apesar dessa situação, as forças políticas mais combativas conseguiram transformar alguns sindicatos em instrumento de luta dos trabalhadores. Com o golpe militar de 1964, os sindicatos mais combativos foram postos

sob intervenção. E a legislação que mantinha os sindicatos na dependência do Estado foi mantida. Esta situação só se modificou com a Constituição de 1988 – mesmo assim não inteiramente. A esta altura, já tinham sido criadas novas centrais sindicais, entre as quais a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior do país. Mas até hoje as centrais não conseguiram o *status* de pessoa jurídica com representação legal para negociar contratos coletivos – uma das reivindicações que está sendo negociada agora. O movimento se divide em relação à unicidade sindical. Ela impede que vários sindicatos sejam criados para representar a mesma categoria. Os sindicatos afinados com a luta dos trabalhadores são contra a o imposto sindical compulsório, que no fundo alimenta entidades pelegas que não precisam buscar sustentação política nos trabalhadores para existirem. ■

feita em ficar de fora das discussões sobre a reforma sindical. “Queremos um debate mais amplo; o governo tem que abrir o Fórum Nacional do Trabalho à participação das categorias por ramo de atividades e não apenas às instituições, no caso as centrais sindicais. Também sou de opinião que a reforma trabalhista não pode ser feita separada da sindical”, opinou o coordenador da Federação, João Paulo.

Mas será no seminário dos dias 11 e 12 de fevereiro, com todas as representações de trabalhadores públicos federais, que o assunto será amplamente debatido. E nos dois dias seguintes, 13 e 14, na primeira plenária nacional do ano, a Fasubra irá consolidar uma posição sobre a reforma sindical. ■

Foto: Antônio Cruz/ABr



Negociação coletiva

- A reforma sindical foi resumida em nove temas para discussão no Fórum Nacional do Trabalho. De acordo com a CUT Nacional, nas quatro reuniões do Grupo Temático sobre Negociação Coletiva do FNT as discussões ocorridas entre os participantes (centrais sindicais, governo e empregadores) reafirmaram que a negociação coletiva de trabalho é o instrumento mais eficaz para o aperfeiçoamento e o acompanhamento do direito e das relações de trabalho. Mas que ela necessita de uma estrutura organizativa capaz de assegurar o seu amplo e livre desenvolvimento, mediante a clara definição de princípios, âmbitos, níveis, limites, conteúdos e instrumentos jurídicos. Também foi consenso que o sistema brasileiro, por seu caráter inibidor da composição voluntária, deve ser reformado para permitir a efetiva negociação coletiva de trabalho no país. ■

PAU PARA TODA OBRA.

Depois de conduzir reforma da Previdência, Berzoini (na foto, com o seu antecessor) foi para o Trabalho fazer a reforma Sindical

DADOS: Falta de informações precisas sobre as unidades dificultou decisão

Consuni decide sobre vagas

Fotos: Niko Júnior

Na última quinta-feira, dia 29, o Conselho Universitário (Consuni) aprovou o relatório desenvolvido pelas Comissões de Ensino e Títulos e Desenvolvimento com a proposta de como será feita a distribuição das 112 vagas para professores que a UFRJ tem direito. De acordo com o relatório, o CCJE terá direito a 9 vagas, o CLA a 18, o CT a 18, o FCC a 1, o CFCH a 12, o CCS a 5 e o CCMN a 19.

O relatório das comissões do Consuni foi feito após a análise de outro relatório, elaborado pela Comissão Extraordinária de Alocação de Vagas (Coeav), formada por integrantes do CEG/CEPG, e aprovado no dia anterior. A grande mudança que o relatório aprovado pelo Consuni fez no relatório apresentado pela Coeav foi com relação aos cargos dos professores. Os conselheiros do Consuni consideraram "injustificável" a opção de se destinar um grande número de vagas para professores assistentes e auxiliares para cadeiras nas quais existem professores com títulos de doutores. Dessa forma, as vagas para professores auxiliares foram transferidas, em sua maioria, para professores adjuntos ou titulares. Para os conselheiros, é necessário ter um número maior de docentes ad-

juntos e titulares, pois isso dotaria a universidade de profissionais mais bem qualificados.

Faltam informações precisas

Por mais de quatro horas os conselheiros debateram o relatório. Ficou marcada nas discussões a insatisfação quanto às informações fornecidas pelos centros. A divergência de critérios adotados pelos centros para enviar seus dados dificultou a distribuição de vagas de modo que condizessem com a verdadeira necessidade de cada unidade. Muitos conselheiros declararam a incoerência entre o que eles presenciam cotidianamente e o que constava nos relatórios, principalmente com relação ao número de professores. Por isso, foi pedida a criação de um banco de dados comum à toda a universidade. "Eu acho que deve ser feito um banco de dados comum para todas as unidades, com critérios comuns para toda a universidade. A universidade precisa se conhecer. Precisa com urgência de um banco de dados, não só para a distribuição de vagas, mas para saber o que ocorre em cada unidade", afirmou a decana do CFCH, Praia Vermelha, Suely Souza de Almeida.

Foram aprovadas tam-



bém no Consuni a proposta de contratação dos novos professores de acordo com o regime de dedicação exclusiva e a possibilidade de rebaixar o cargo da vaga oferecida caso não haja candidato para preencher o posto. Essa proposta, porém, depende de uma consulta do reitor à Procuradoria, que irá dizer se ela tem validade legal. Além disso, foi concedida uma vaga para o Observatório do Valongo, que não havia sido contemplado com nenhuma. O relatório final aprovado pelo Consuni aguarda agora sanção do reitor. ■

DECISÃO DIFÍCIL. Depois de muita polêmica, finalmente o Conselho Universitário em sessão na semana passada, conduzida pelo reitor Aloísio Teixeira, decidiu sobre a distribuição das vagas pelas unidades



Excelência das universidades públicas

Apenas 60 cursos de direito dos 215 avaliados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em todo o país foram aprovados pela instituição. A maioria dos cursos aprovados são oferecidos por instituições públicas. Isso prova que mesmo com toda a dificuldade por que passa, o ensino público ainda é o

que tem mais qualidade no Brasil. No Rio de Janeiro, somente 6 cursos foram recomendados pela OAB. Todas as quatro faculdades públicas do Rio foram aprovadas (UFRJ, UERJ, Uni-Rio e UFF).

A avaliação da OAB foi feita levando-se em conta o desempenho dos estudantes no Provão e no exame para ingresso

na ordem, obrigatório para poder exercer a profissão.

Para a OAB essa situação é resultado da facilidade com que o MEC autoriza a abertura de novos cursos. A Ordem possui uma comissão que avalia os cursos de direito, e, entre 2001 e 2003, foi favorável à abertura de apenas 19 dos 222 aprovados pelo ministério.

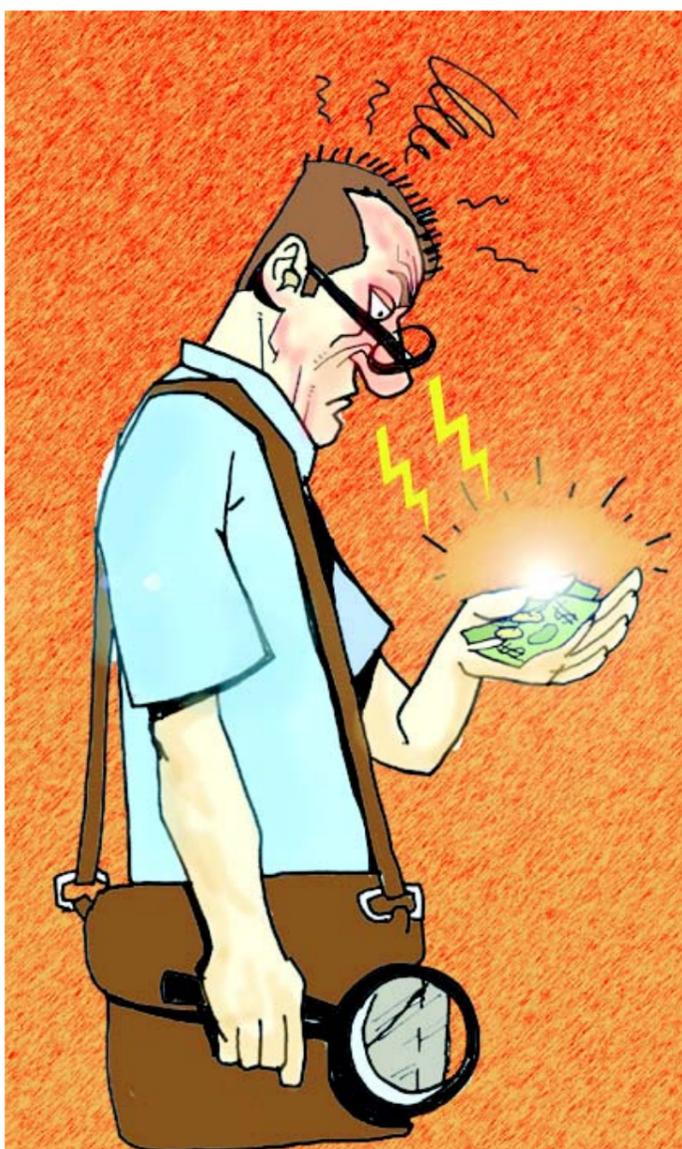
INSS

Os trabalhadores da Previdência Social podem entrar em greve em março. A decisão foi tomada em plenária nacional da categoria, realizada em Brasília no dia 17 de janeiro, em resposta à atitude do governo federal, que descumpriu o acordo de greve. O governo editou a Medida Provisória nº146, que rees-

truturou a carreira no INSS sem negociar com as entidades representantes dos trabalhadores. A categoria reivindica ainda a reposição das perdas salariais de 2003 calculadas pelo Dieese, a reposição das perdas anteriores a 2002, uma política salarial e a definição do mês de maio como data-base do setor.

E o salário, Ó...

Professores substitutos, cada vez mais numerosos, ganham salários indigentes, refletindo os resultados da política dos governos passados



“ Nada contra gari. Pelo contrário. Mas tem alguma coisa fora de ordem”, sentenciou o jornalista Ancelmo Gois, em sua coluna no jornal *O Globo*, edição de 21/1/2004, comentando o anúncio, pela UFRJ, de um salário de R\$ 468,00 para quem se propusesse a uma vaga de professor substituto. Segundo a coluna, um gari, no último concurso da Comlurb, iniciaria a carreira com R\$ 610,00.

Desconsiderando os exageros da imprensa comercial, a verdade é que os valores para a atividade desempenhada pelos professores substitutos são baixos. O edital 02, de 2 de janeiro de 2004, lançado pela UFRJ, anunciava salários de R\$ 468,00 para professores que trabalhassem por 20 horas semanais e R\$ 635,99 para uma carga horária semanal de 40 horas.

Valor errado

Segundo a PR-1, o salário de professor substituto é

equiparado ao do professor auxiliar da universidade, que teve aumento. Mas não foi informado, saindo no edital o valor antigo. O substituto é enquadrado conforme legislação própria na mesma referência da tabela dos docentes, sem a GED e aumenta de acordo com o aumento da tabela. No caso, a seleção é para substituto de professor auxiliar. Substituto, apenas com a graduação, no regime de 20 horas recebe R\$ 624,00. De 40 horas, R\$ 1.248,00.

O processo de seleção já está tramitando nos centros. São 500 vagas, para diversas unidades. O edital contemplou todas as solicitações dos diretores, segundo a Reitoria.

Depois de concluídos os processos de seleção (a cargo de cada unidade), seus nomes serão submetidos à Câmara de Corpo Docente do CEG, depois levados à PR-4 para entrar na folha de pagamento. É possível que no início do próximo período – para a maioria dos cursos, em março – os profissionais estejam regularizados para iniciar suas atividades.

O chefe de gabinete do reitor, João Eduardo Nascimento Fonseca, comentando a nota de Ancelmo Gois, disse que esse é um padrão regulamentado em lei. “Não é a UFRJ que arbitra. O valor é uma prerrogativa do Ministério da Educação.” Segundo

ele, o MEC tem uma tabela de valores que as universidades federais são obrigadas a respeitar. “É claro que eu também acho injusto. Cabe deixar claro, porém, que não é a UFRJ que estabelece estes valores.” Para João Eduardo, o professor substituto surgiu no cenário institucional como paliativo para suprir a deficiência do número de professores. Contudo, este vem se tornando uma forma regular de compor o quadro docente. “Isso era para ser eventual, mas a exceção acaba se tornando regra”, criticou.

Em novembro, o secretário Nacional de Educação, Carlos Antunes dos Santos, solicitou autorização à área econômica do governo para a contratação de 7.000 professores. Segundo dados do MEC, havia 8.370 professores substitutos atuando nas universidades federais, quadro considerado preocupante pelo secretário.

Experiência importante

Apesar dos baixos salários, a procura pela oportunidade de lecionar como substituto é grande. No período compreendido entre 15 e 21 de janeiro de 2004, conforme estabelecido no edital, centenas de candidatos se apresentaram para disputar uma das vagas. É que a experiência é considerada uma forma de se aproximar do ideal de lecionar em uma universidade pública. “Você amplia sua rede de contatos, se aproxima dos professores lá

dentro”, afirmou Ledilson Lopes, professor de Ciência Política, que teve seu contrato de substituto no IFCS concluído no início de janeiro de 2004. Seu contrato era de 20 horas semanais, e foi renovado uma vez, por mais um ano.

Segundo ele, a universidade não contrata professor, criando a necessidade cada vez maior de substitutos. “Há um abandono sobre a questão. É preciso debater estritamente o que é a atividade de substituição de um professor efetivo; quais são as atribuições, as questões financeiras, mas não se toca no assunto.”

Um substituto pode fazer prova no início de carreira, bastando a graduação, mas há gente com mestrado e até doutorado. Afinal, conta para o currículo ministrar aulas em uma universidade pública. Ledilson diz que os professores substitutos são tratados com respeito pelos colegas efetivos e que o departamento em que trabalhou, de Ciência Política, apresenta número insuficiente de professores. “É preciso contratar”, diz.

Na universidade privada, a lógica percebida por ele é outra. O profissional é admitido, por um período de experiência, como assistente. Depois, dependendo do desempenho, é contratado. Pode ficar muito tempo, ou não. Já na universidade pública, o substituto entra sabendo que o contrato é por um ano, renovável por mais um período. E só. ■

Outras universidades

Uerj – A universidade estadual paga ao professor substituto R\$ 948,64, por 17 horas semanais, segundo a Diretoria de Recursos Humanos. Na Universidade Gama Filho, segundo professores daquela instituição, o cálculo é feito por hora trabalhada, e para 20 horas mensais, paga-se R\$ 482,00.